

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA __ª VARA DE FAMÍLIA
DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXX**

FULANO DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX XXX/XX, CPF XXXXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXX, telefone: XXXXXXXX, vem, ante Vossa Excelência, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, propor ação de:

GUARDA E RESPONSABILIDADE

Do menor impúbere **FULANO DE TAL**, em face de **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no RG XXXXXXXX XXX/XX e CPF XXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXX, telefone: XXX XXXX, XXXXXXXX, pelos motivos a seguir expostos.

I - DOS FATOS

A Autora teve um relacionamento com Réu e desta relação nasceu o filho **FULANO DE TAL**, em XX/XX/XXXX, conforme cópia da certidão de nascimento anexada.

Desde o nascimento do menor, a autora cuida sozinha da criança, sem ter a presença do pai (réu), assumindo as responsabilidades e respondendo de fato pelo menor em ocasiões que se fazem necessário.

Destarte, é a requerente quem zela pelo desenvolvimento físico e mental do menor.

Ocorre que, transcorrido um ano do nascimento, o menor permanece sem representante legal, eis que a autora possuía apenas a guarda fática do filho.

Desta forma, a autora busca a tutela jurisdicional para ter o direito de melhor representar o menor, seu filho, nas eventuais situações em que a lei exigir, sem, contudo, alijar o requerido de seu direito de visitas, conforme abaixo exposto.

II - DO DIREITO

Conforme o artigo 1583, *caput*, do Código Civil, a guarda poderá ser unilateral ou compartilhada.

Já o § 2º do artigo acima mencionado dispõe:

§ 2º A guarda unilateral será atribuída ao genitor que revele melhores condições para exercê-la e, objetivamente, mais aptidão para propiciar aos filhos os seguintes fatores:

- I. afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar;**
- II. saúde e segurança;**
- III. educação.**

Com efeito, o direito de guarda é conferido segundo o melhor interesse da criança e do adolescente. Inclusive, o norte imposto pela legislação, doutrina e jurisprudência direciona justamente na prevalência da proteção do menor sobre tudo o mais.

Nesse sentido, objetivando o bem-estar da menor, cujo interesse deve sempre prevalecer em qualquer patamar que se discuta, quer o social, quer o jurídico, quer a psicológico, a genitora requer lhe seja deferida a guarda unilateral.

A jurisprudência em caso similar:

“DIREITO DE FAMÍLIA. GUARDA DE MENOR. Na disputa da guarda do filho entre os pais, deve-se atentar não só para o aparelhamento econômico daquele que pretende ser o guardião do menor, mas, acima de tudo, o atendimento ao melhor interesse da criança, no sentido mais completo alcançável.” (20050310131713EIC, Relator WALDIR LEÔNCIO C. LOPES JÚNIOR, 2ª Câmara Cível, DJ 30/04/2009)

CIVIL - FAMÍLIA - POSSE E GUARDA DE MENOR. Mantém-se a guarda concedida ao genitor da menor, que demonstrou possuir condições melhores de amparar e proteger a filha, que vivia em ambiente familiar materno conturbado. Considera-se, em casos tais, o bem estar da criança. (20040110608885APC, Relator SÉRGIO BITTENCOURT, 4ª Turma Cível, julgado em 18/02/2009, DJ 16/03/2009 p. 123)

Destarte, é conveniente a permanência da criança com a genitora, em face de sua tenra idade e também tendo em vista que possui melhores condições de exercer a guarda, como de fato tem exercido desde o nascimento do menor, não contando, para tanto, com a ajuda paterna.

Por fim, a genitora do menor apresenta-se como uma jovem trabalhadora, determinada, nada desmerecendo o exercício da guarda ora pleiteada.

III - DA REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS

Caso a guarda unilateral lhe seja deferida nos termos acima pleiteados, requer que a regulamentação de visitas do genitor ao menor se dê nos seguintes termos:

Tendo em vista a tenra idade do menor **FULANO DE TAL** (X ano) e o fato de se encontrar em período de amamentação, requer a autora que as visitas ocorram às XXXXX, XXXXX e XXXXX, na casa da genitora, das XX:XXh às XX:XXh, até que **FULANO DE TAL** complete X anos de idade.

Após os X anos de idade, o réu poderá visitar o menor em finais de semana alternados, pegando-o aos XXXXXXX às XX horas e devolvendo-o aos XXXXXX no mesmo local, às X horas.

IV - DO PEDIDO

Ante todo o exposto, requer:

- a) a concessão da Justiça Gratuita, em face da hipossuficiência econômica, conforme declaração anexa;
- b) a intimação do Ministério Público;

- c) a citação do Réu para apresentar resposta no prazo legal, caso queira, sob pena se sofrer os efeitos decorrentes da revelia;
- d) a procedência do pedido para deferir a guarda unilateral do menor à genitora, ora requerente;
- e) a procedência do pedido para regulamentar as visitas nos termos propostos no item III;
- f) a condenação do réu ao pagamento das custas processuais, bem como os honorários advocatícios, revertendo-os, os últimos ao PROJUR (art. 5º, II, da Lei Distrital nº 2131, de 12/11/1998) a serem recolhidos junto ao BRB por meio de DAR (Documento de Arrecadação) com o código 3746 - honorários de advogados.

Pretende provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sobretudo pelos documentos que se seguem e oitiva das testemunhas ao final arroladas.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX)

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL
Autora

FULANO DE TAL
Estagiário

Defensor(a) Público(a) do DF

ROL DE TESTEMUNHAS:

1 - FULANO DE TAL

End.: XX

Telefone: XXXXXXXXX

2 - FULANO DE TAL

End.: XX

Telefones: XXXXXXXXX

3- FULANO DE TAL

End.: XX

Telefone: XXXXXXXXX